

DEONTOLOGIA DO JUIZ

DALMO DE ABREU DALLARI(*)

A palavra *deontologia*, cunhada pelo filósofo e jurista inglês *Jeremias Bentham* no início do século dezenove, refere-se aos deveres de um profissional, tanto no que tange ao seu preparo para o exercício competente e honesto da profissão, quanto no que respeita ao seu comportamento nas relações com os colegas, com os usuários de seus serviços e com as pessoas com as quais deverá relacionar-se no desempenho de suas atividades.

Relativamente aos juízes a questão da deontologia coloca, sobretudo, dois problemas. O primeiro deles diz respeito aos limites da competência do juiz para o julgamento de casos relativos a profissionais dos mais diversos ofícios, acusados de infringirem regras de deontologia ou punidos por suas respectivas entidades de classe sob esse fundamento. Um dos pontos que suscitam controvérsias é o fato de que a quebra de uma norma de deontologia nem sempre caracteriza a ofensa a um direito, havendo dúvidas se, mesmo assim, a questão pode ser levada ao Judiciário ou se deve ser resolvida no âmbito interno da entidade ou do órgão de disciplina da atividade profissional respectiva. O segundo problema, bem mais complexo, é o reconhecimento de uma deontologia dos juízes, com a conseqüente atribuição de competência para controlar o respeito às normas dessa deontologia e para a decisão em última instância no caso de acusação de infração a essas normas.

No ano de 1995 foi realizado na França, pela associação “Direito e Democracia”, um colóquio objetivando debater alguns temas relevantes, relativos aos fundamentos da ética e da deontologia e à busca de moralização nas relações sociais e de respeito mais rigoroso às regras emanadas daquelas áreas. Participaram do colóquio algumas pessoas que, por exercerem função pública proeminente, supostamente levariam a visão do Estado; estavam presentes, também, profissionais de várias áreas e teóricos que se dedicam a essa temática e, como terceiro pólo, juízes que ocupam postos importantes no sistema judiciário francês. Os trabalhos apresentados no colóquio foram reunidos num pequeno mas valioso volume, intitulado “*Éthique, Déontologie et Droits de l’Homme*” (Ed. La Documentation Française, Paris, 1966).

É especialmente interessante, em relação aos juízes, um trabalho de autoria de *Ivan*

(*) Professor Titular e ex- Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Professor Visitante da Universidade de Paris, Vice-Presidente da Comissão Internacional de Juristas, com sede em Genebra, Suíça.

Zakine, juiz da Corte de Cassação, em parceria com *Bernard Ducamin*, membro do Conselho de Estado. Nesse trabalho, sugestivamente intitulado “O juiz, último guardião da deontologia”, os autores consideram que as entidades legalmente encarregadas de fixar regras para o exercício de uma profissão e de exercer poder disciplinar, exercem função pública por delegação e podem estabelecer normas restritivas e impor penalidades.

Quanto aos limites desse poder, são encontrados na obrigação de respeitar a Constituição e as leis do País, podendo o Judiciário interferir nessas atividades quando, por exorbitância, se configurar ilegalidade nas normas deontológicas ou abuso do poder de punir. A questão mais controvertida é o efeito do poder disciplinar sobre a responsabilidade civil do profissional, quando este for acusado de causar dano a um cliente. O profissional poderá querer eximir-se, alegando que agiu segundo as regras deontológicas de sua profissão e a outra parte poderá pretender que uma punição disciplinar já implique o reconhecimento de culpa do profissional.

Um ponto que chama a atenção é que nesse trabalho nem sequer é mencionada uma deontologia dos juízes. Existe a *profissão* de juiz? Além da obediência a normas éticas, o juiz, como os demais profissionais, não estará sujeito a normas de deontologia? O órgão do Judiciário que exerce o poder disciplinar sobre os juízes, fixando regras e impondo penalidades, tem natureza administrativa ou jurisdicional? O juiz que sofrer uma sanção disciplinar pode ir ao Judiciário para questionar a legalidade das regras disciplinares ou da punição?

Uma parte dessas questões encontra resposta numa obra de grande importância publicada no Brasil, cujo autor é *José Renato Nalini*, juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Tendo por título “Ética Geral e Profissional” (São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1997), o livro do juiz *Nalini* pode ser considerado muito corajoso, pois, sem deixar de reconhecer que a magistratura tem peculiaridades de extrema relevância, trata do juiz como profissional e expõe de modo sistemático, com clareza e objetividade, um conjunto de normas e princípios deontológicos, aplicáveis aos juízes.

Lembrando que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional exige do juiz *conduta irrepreensível*, em sua vida particular e profissional, o que já é um preceito deontológico, o autor diz que “agir segundo ciência e consciência” é o princípio fundamental, que deve inspirar todo o comportamento profissional. Depois disso enumera e analisa doze princípios de Deontologia Forense, mencionando as demais profissões jurídicas mas enfatizando a sujeição necessária do juiz a esses princípios. Aceitando-se ou não suas colocações, é fora

de dúvida que o juiz *José Renato Nalini* penetrou, com segurança, num terreno em que poucos se arriscam e deu valiosa contribuição para o estudo e o debate de uma temática até aqui evitada mas de inegável relevância.

Neste momento, extremamente importante para a magistratura no Brasil e no mundo, em que se ampliam as responsabilidades do juiz e são divulgadas com estardalhaço, como reação e resistência, acusações e agressões a juízes e tribunais, é muito importante dar atenção aos princípios da ética e deontologia dos juízes, porque neles, mais do que na lei, está o fundamento de sua verdadeira autoridade.